

Nathan Zanzoni Itaborahy

Universidade Federal de Juiz de Fora

nathanambiental@gmail.com

**A GEOGRAFIA, O CONCEITO DO TERRITÓRIO E OS PROCESSOS DE
TERRITORIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS:
Primeiras Aproximações**

APRESENTAÇÃO

O território é um conceito há muito discutido na Geografia. Ele emerge, sobretudo, nos avanços da proposta de Ratzel (1990), que além de trazer o debate territorial para a Geografia (outrora presente somente nos discursos das ciências ditas naturais), o coloca como necessário à reprodução da sociedade e do Estado. Da proposta do autor ganham força a Geografia Política e a Antropogeografia, sendo ele um dos grandes responsáveis pela “humanização” desta ciência.

A aplicação do conceito na atualidade é, contudo, bastante diferenciada, pois não só os contextos históricos se alteraram drasticamente, como a própria ciência buscou novos paradigmas, novos métodos e conseqüentemente novos problemas. Esse conjunto de transformações históricas e epistemológicas propiciou uma (re)criação do modo como se vê e se faz ciência.

Assim, o que se propõe é que a partir da história do pensamento geográfico e do conceito de território, possa se fazer uma leitura desta categoria no contexto atual, o de discussões sobre a validação ou não da expressão do território, a partir de afirmações de um suposto enfraquecimento da figura do Estado-nação, ou da contrapartida desta idéia, da potencialização de multiterritórios locais e culturais como aponta Milton Santos (1997) e Rogério Haesbaert (2004), ou mesmo de discussões sobre diversas perspectivas e abordagens deste conceito (por exemplo, a subjetividade e o território, cultura e simbolismo no território, etnografia, dentre outras).

Cabe a nós discutir neste artigo, de forma objetiva, a evolução do conceito de território, e particularmente do conceito de territorialidade, estabelecendo paralelos à

evolução da ciência geográfica. Isto feito, as aplicações e compreensões da relação da categoria territorial ao contexto das populações tradicionais, dando ênfase às comunidades quilombolas.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE E A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Como já colocado, Ratzel traz o conceito de território para a Geografia e para as ciências humanas. Segundo o autor, “organismos que fazem parte da tribo, da comuna, da família, só podem ser concebidos junto a seu território” (RATZEL, 1990, p. 74), e ainda, “do mesmo modo, com o crescimento em amplitude do Estado, não aumentou apenas a cifra dos metros quadrados, mas, além disso, a sua força, a sua riqueza, a sua potência” (RATZEL, 1990, p. 80). Entende-se claramente que o autor acredita no território como um espaço necessário a qualquer população e seu Estado para evoluir, em todos os sentidos. Nota-se sua aproximação com os preceitos de Darwin (evolucionismo) e a compreensão do território humano muito próxima do território de outras espécies, objeto da Biologia. Para ele então, o território é o espaço desde o qual uma família encontra sua subsistência, até o espaço necessário a evolução de um Estado, que deve assim, sempre pensar na aquisição de mais espaços territoriais.

Outro autor chave nesta discussão é Raffestin. Contrapondo-se a idéia de Ratzel, ele começa sua tese analisando-o: “o quadro conceitual de Ratzel é muito amplo e tão naturalista quanto sociológico, mas seria errôneo condená-lo por ter "naturalizado" a geografia política, algo que às vezes ocorreu.” (Raffestin, 1993, p. 2). Logo, a proposta de Raffestin é repensar o conceito de território deixado por Ratzel e pela Geografia Política Clássica.

Para o autor, as bases para a compreensão do território como uma relação do homem com espaço, estão no poder, como coloca:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

sendo assim,

O território (...) é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

Ou seja, as pretensões do autor em relação ao território vão para além da visão biológica da expressão, sendo o conceito mediado por uma relação de poder que modifica o espaço (no campo imaterial), já que “o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 51).

Robert Sack (1986) pelos “caminhos” deixados pela “Geografia do Poder” de Raffestin, vai afirmar a territorialidade como estratégia de controle, chamando atenção para suas multiescalas (das relações espaciais de uma casa às de países) e para variação temporal (territórios diferenciados em partes diferentes de um dia, por exemplo).

Bonnemaison (1981 apud HOLZER, 1997) faz uma aproximação dos conceitos de lugar e território. Para ele

um território, antes de ser uma fronteira, é um conjunto de lugares hierárquicos, conectados por uma rede de itinerários (...). No interior deste espaço-território os grupos e as etnias vivem uma certa ligação entre o enraizamento (...). A territorialidade se situa na junção destas duas atitudes: ela engloba ao mesmo tempo o que é fixação e o que é mobilidade ou, falando de outra forma, os itinerários e os lugares" (BONNEMAISON, 1981, apud HOLZER, 1997, p. 83).

Ou seja, assim como a perspectiva de lugar, o território é repleto de subjetividades, simbolismos e culturas. Ou ainda, o território ganha o simbolismo a partir de seu uso, o “território usado” nas palavras de Milton Santos (1994), ou “território do cotidiano” (JÚNIOR, 2003)

Para Haesbaert (2001), o território traz consigo a dimensão tanto do simbólico, quanto do material.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território

inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2001, p 6774)

Avançamos dizendo que a dimensão do simbólico, então, representa o poder e a identidade. Para além do poder, mais discutido, chegamos à dimensão da identidade, para nós de imensa importância.

Vê-se, então, porque (...) território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades (CLAVAL, 1999, p. 16)

Ou ainda

Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, apud SILVA, 2009, p. 109).

Concluimos então, que para além das perspectivas material e do poder da categoria território, a identidade, o simbolismo e a cultura são dimensões essenciais para sua compreensão. A relação entre identidade e território é tão forte que “toda identidade implica numa territorialização, assim como a territorialização permite a permanência identitária” (COSTA & COSTA, 2008)

Se desejarmos uma aproximação com a percepção espacial do território, compreender o valor da identidade cultural na formação da subjetividade aparece como fundamental. Assim, partiremos para a compreensão do que significa a identidade quilombola e seu simbolismo, para num segundo momento entender como ela é responsável por moldar a territorialidade destas populações.

TERRITORIALIDADES QUILOMBOLAS RURAIS

Como prevê a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias as comunidades quilombolas que estiverem ocupando suas terras têm o direito de propriedade sobre elas. A legislação é um marco, já

que além de garantir tal direito, ela promoveu estudos sobre territorialidades e identidades quilombolas e promoveu o reconhecimento dos moradores enquanto quilombolas, inclusive de outras comunidades, como coloca o autor:

Numa sociedade onde o racismo é camuflado, em que o menosprezo pela população negra é tido como natural, a inserção do artigo 68 nas disposições transitórias da Constituição Federal do país e conseqüente reunião de comunidades (...) foi uma alternativa que a população negra encontrou para lutar. Mais que isso, esse artigo possibilitou a criação de uma rede de solidariedade entre as comunidades negras. Hoje são freqüentes os encontros regionais e nacionais entre as comunidades remanescentes de quilombo (BRANCO, 2007, p. 70)

A maioria dos estudos convergiram no sentido de estudar a identidade quilombola nos processos de “requilombamento” (CARNEIRO, 2008) “ou seja, estratégias políticas das comunidades negras rurais buscando os elos perdidos de suas origens ou os processos identitários coletivos para alcançarem a titulação de suas terras” (CARNEIRO, 2008, p.1). Compreende-se que, de acordo com as idéias já citadas de Claval (1999) e Costa & Costa (2008), a identidade quilombola se territorializa. Ou seja, que os costumes em comum, modos de produção, tradições culturais, dentre outros, buscam no espaço/território sua manutenção ou resistência.

Mas, do que se trata a identidade quilombola rural? Genericamente ela tange dois aspectos fundamentais: a ancestralidade étnica e a coletividade campesina. Assim, o ser negro, as práticas de manejo da terra diferenciadas e passadas de geração a geração, as práticas religiosas e festivas, conhecimentos de plantas medicinais, confecção de produtos como o balaio e a peneira, a arquitetura e a construção das casas e demais estruturas existentes, o espaço comum de encontro, dentre outras características, têm como base a cultura e o espaço (território e territorialidade), ou seja, a relação das comunidades quilombolas com o meio ambiente.

Sobre a identidade quilombola colocam os autores que,

A peculiaridade do uso dos recursos, das relações simbólico-culturais, a memória e as tradições locais, o conflito com a sociedade ‘globalizada’, os espaços de sociabilidade e as organizações comunitárias são elementos fundamentais nessa definição (FERREIRA et. al., 2005, p. 135)

O curioso do processo de (re)afirmação desta identidade como território, que chamamos de requilombamento é que a comunidade se revê com o processo: é o momento do preconceito e do racismo históricos, darem lugar ao orgulho de ser remanescente de um quilombo e orgulho de pertencer ao lugar e a comunidade. Colocamos o papel fundamental da Comunidade Remanescente Quilombola como um movimento social, organizado e ciente de seus direitos, e ainda, das Universidades e projetos de pesquisa/extensão que vêm se envolvendo com a questão, o que além de agregar força ao movimento, reforça o orgulho dos moradores.

Sobre este movimento, na comunidade de Araçatiba (ES), afirma Sogame (2008):

A atual reorganização da comunidade possibilitou o resgate da identidade, revigoraram-se as festas e a banda de congo voltou a animar as brincadeiras. A comunidade está reivindicando junto a Fundação Cultural Palmares o reconhecimento como comunidade quilombola (SOGAME, 2008, p. 22)

A Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima (município de Divino, Zona da Mata de Minas Gerais), desde 2008 vem sendo objeto de estudo da Universidade Federal de Juiz de Fora. Lá todos os estudos acima citados, sejam teóricos ou de aplicação de conceitos, foram constatados. A comunidade passa pelo processo de requilombamento.

São Pedro de Cima é uma comunidade localizada no município de Divino, Zona da Mata de Minas Gerais. A região é forte produtora de café, uma área intramontana, ou seja, situada em um vale, conformada assim em terraços fluviais. A população rural se espria nas encostas do alto e médio vale do Rio São Pedro sobre altitudes que oscilam entre 900 e 1200 metros. Subsiste uma geração de trabalhadores rurais dos tempos em que a acessibilidade à região era precária, o que determinou certo isolamento das famílias negras que aí viviam. Esta situação, por sua vez, criou uma intensa vida comunitária que, embora semi-isolada foi capaz de se manter, graças ao trabalho conjunto e a reprodução de uma vida social e cultural orientada pelos próprios moradores. Na comunidade duas famílias de negros escravos lá se assentaram, os Malaquias e os Pereiras. Na sua grande maioria, eles mantêm relações intrafamiliares, realizando casamentos entre as próprias famílias (MENEZES et. al., 2008).

A identidade quilombola é visível nas relações familiares, acontecimentos religiosos e festivos, relação de manejos “conservacionistas” da terra e o conhecimento do espaço vivido.

O processo de reconhecimento pela Fundação Palmares de Cultura como uma Comunidade Remanescente Quilombola se deu a partir da organização do movimento negro local AVURA, sendo este reafirmado pela presença da Universidade por lá.

No entanto, o que a UFJF vem acompanhando é um movimento de avanço do agronegócio na região, que cada vez mais pressiona os moradores tanto a trabalharem em suas terras, como a perderem área de suas propriedades (como pagamento a dívidas adquiridas com os patrões do campo). Ainda, o movimento negro não consegue se articular no intuito de lutar pelo reconhecimento do INCRA da comunidade como remanescente do quilombo, o que de fato garantiria os direitos legais às terras. Assim, a comunidade fica vulnerável ao agronegócio. Percebe-se que quando o território é desarticulado, a resistência da identidade perde sua força, constatando também o movimento contrário, com a urbanização, globalização e a “ideologia” do agronegócio a identidade é desarticulada, o que acaba por gerar uma ruptura na luta pelo território.

Assim, o projeto “ECOMUSEU na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima” vêm trabalhando com a perspectiva da Extensão, com um grupo interdisciplinar, envolvendo alunos da Geografia, História, Comunicação e Ciências Sociais. A idéia é, através de um Ecomuseu, promover a afirmação da comunidade e acirrar as discussões sobre a condição de remanescentes quilombolas (identidade e territorialidade), já que o título foi garantido pela Fundação Palmares, o que os faz reconhecer tal condição, mas não foi demarcada pelo INCRA, o que faz com que muitos não tenham os direitos legais sobre as terras (e tampouco sabemos se a comunidade irá optar por esta demarcação).

O Ecomuseu tem como objetivos a promoção da informação e formação educacional e cultural; a documentação de dados e informações da cultura, território, espaço, natureza e outros temas que se apresentarem como importantes; registro da memória histórica da comunidade; e o desenvolvimento da comunidade como um todo, como um ator social e político, capaz de lutar por sua cultura e por seus direitos (MENEZES et. al., 2008).

O que se passa é que as pressões de proprietários de terras vizinhas e mesmo a condição de produtores de café que alguns moradores atingiram, faz com que o interesse pela titulação pelo INCRA seja cada vez mais minimizado. É uma realidade da comunidade, que agora se vê totalmente arraigada a princípios do capitalismo, da urbanização e mesmo da mundialização da cultura.

Os conflitos culturais são ferrenhos e o que se vê cada vez mais é uma tendência dos moradores a abrirem mão de suas terras para cuidar das terras de “patrões”. O que assusta também, e que ameaça a idéia da territorialidade, é o fato de que cada vez mais jovens se mudam para as cidades vizinhas e lá estabelecem suas vidas, ameaçando a continuidade da existência e resistência da comunidade.

O que o grupo pretende promover é a contrapartida destas idéias, a partir do Ecomuseu: promover o orgulho e a identidade cultural, para que os moradores, assim como se envolveram como um movimento social no processo de nomeação pela Fundação Palmares, se envolvam agora na luta pelo direito de seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de território evolui na história do pensamento, tais quais os contextos que inspiraram as conceituações. Pensando com os autores em uma revisão bibliográfica, podemos conferir que o conceito passou pelas dimensões da área, do poder, do controle, da cultura e da identidade. Na tentativa de compreender cada uma destas dimensões em um conceito complexo, o aplicamos as comunidades quilombolas, avançando mais especificamente, na comunidade de São Pedro de Cima.

De fato, percebemos que a identidade comunitária se territorializa. No entanto, o que nos assusta é perceber como o poder se territorializa com uma eficiência muito maior. Vivemos em uma sociedade capitalista, na qual quem tem capital tem poder. Esse poder sobrepõe-se aos “sabores, saberes, poderes” (PORTO-GONÇALVES, 2006) das comunidades tradicionais e quilombolas, ou seja, o capital na “figura” do agronegócio atropela culturas, territorialidades e territórios.

O grande problema é que a maneira de frear esse processo, a titulação das comunidades no INCRA, como prevê a Constituição Federal, não leva em conta as dinâmicas territoriais e os contextos atuais das comunidades quilombolas, que necessitam de uma “ressemantização” do termo quilombo (RATTS, 2000), para que o “requilombamento” se efetive.

O resultado é que as comunidades não se envolvem com um processo que pode mudar sua atual forma de organização espacial e social, que apesar de diferente dos tempos

do início dos quilombos, traz consigo heranças identitárias, culturais e produtivas que tem de ser consideradas. Estas heranças são assim ameaçadas e o direito constitucional não se faz valer.

REFERÊNCIAS

BRANCO, E. R. **Encontros, desencontros e reencontros na trajetória da Comunidade Remanescente do Quilombo Caçandoca**: identidade e territorialidade. Tese de Doutorado. UNESP. Presidente Prudente, 2007

CARNEIRO, Leonardo. **Requilombarse São Pedro dos Crioulos**: magia e religião em São Pedro de Cima. Mimeo, 2008.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. In: **Revista Geographia**. Ano 1 – nº2, 1999.

COSTA, D. A. S. da & COSTA, B. P. da. Geografia das (micro)territorializações culturais nas praças do centro urbano de Manaus. **Revista do Núcleo de Estudo em Espaço e Representações**. Curitiba, 2008.

FERREIRA, Simone Raquel Batista, e outros. Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Quilombola de Linharinho. **Projeto Territórios Quilombolas do Espírito Santo** – INCRA/UFES/APAGEES. Conceição da Barra. 2005

HAESBAERT, R., **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade., RJ, Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da Desterritorialização e Multiterritorialidade. Rio de Janeiro. In: **Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR**, v. 3, 2001.

HOLZER, W. A discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UERJ, v.3, jul. /dez.1997.

JUNIOR, D. O território do cotidiano. **PADÊ** : estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Brasília, 2003. Disponível em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:o3jBFMui7qAJ:www.homemdocerrado.com/PDF/territoriocotidiano.pdf+deusdedith+junior&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br>. Acesso em: 5 mai. 2010

MENEZES, M. L. P. e outros. **Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima**: diagnósticos dos saberes necessários para uma educação ambiental e patrimonial. Projeto de extensão acadêmica. Juiz de Fora, UFJF. 2009

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De sabores e saberes: apropriação da natureza, conhecimento e segurança alimentar. In: **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 462p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alecsandro J. P. (Re) conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth S. (Org.) **Brasil Afro-Brasileiro**, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2000, pp. 307-326.

RATZEL, F. Geografia do homem. In: **Ratzel**. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo-SP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)

SACK, R. **Human Territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. A força do lugar. In: _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 249-273.

_____. “O retorno do território”. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de. & SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994

SILVA, C. H. da. Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de uma ação social. In: **Revista Geografar**. Curitiba, v.4, n.1, p.98-115, jan./jun. 2009

SOGAME, M. **Populações tradicionais e territorialidades em disputa: diferentes formas de territorialização das comunidades quilombolas do Espírito Santo**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Seminário Campos Temáticos. Niterói: Mimeo, 2008